

Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983).

Pâmela de Almeida Resende¹

Mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Ano de defesa: 2013.

A investigação acerca da vigilância aos movimentos pela anistia durante o período da chamada “abertura lenta, gradual e segura” trouxe à tona o desafio de trabalhar com duas questões centrais: i) o caráter dessa suspeição durante o período da abertura política, buscando compreender suas especificidades numa conjuntura marcada por importantes modificações políticas, ao mesmo tempo em que ficavam claras as continuidades da política repressiva em relação ao período anterior; ii) a *convivência* na cena pública de diferentes atores e os dissensos não apenas entre a oposição civil e o regime, mas as discordâncias no interior das Forças Armadas e como isso pautou a chamada “lógica da desconfiança”. Desse modo, logo num primeiro momento ficou claro que seria um trabalho a partir de diferentes ângulos e perspectivas.

Essa problemática está centrada no fato de que, as demandas dos movimentos que lutavam pela anistia, na década de 1970, estavam diretamente relacionadas a questões e práticas que o regime não se mostrava disposto a colaborar como: a localização dos mortos e desaparecidos, o desmantelamento da comunidade de informações e segurança; a restauração do *habeas corpus*; a libertação dos presos políticos, o retorno dos exilados, entre outras. Além disso, o modo como se deu a aprovação da Lei de Anistia não significou o encerramento da demanda por justiça proveniente dos amplos setores atingidos pela ditadura civil-militar.² Portanto, a conjuntura pós-1970 foi marcada pelo protagonismo de entidades e pessoas que

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) com o desenvolvimento de uma tese sobre o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, no Brasil e as relações Brasil-EUA.

² Optaremos por utilizar a denominação ditadura civil-militar para fazer referência ao regime de 1964-1985, tendo em vista os amplos apoios e consensos de setores da sociedade com o Estado. Nos últimos anos, cada vez mais os pesquisadores do período tem adotado esse termo com o objetivo de destacar esse apoio, além da publicação de trabalhos que abordam diretamente a participação de entidades na sustentação do regime. Com isso, podemos destacar: REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)”. In: PALOMANES MARTINHO, Francisco Carlos (org.). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006; ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

buscavam alargar o espaço de atuação na política a partir da resistência e luta democrática contra o regime. Tendo em vista a capacidade mobilizatória e amplitude de suas demandas, a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita vai aparecer como a principal bandeira agregadora da oposição surgida naquele momento, sobretudo com a criação, em 1978, dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs).

Nesse sentido, essa relação entre a vigilância do Estado e a atuação dos movimentos pela anistia ganha destaque considerando os limites da chamada *distensão*, cujas práticas guardam muitas continuidades em relação ao período anterior, além de trazer à tona os dissensos no interior das Forças Armadas. Isso porque, à medida que se rearticulavam os movimentos sociais, aumentavam as contradições internas quanto às políticas de repressão, numa demonstração de que o processo de transição política deveria levar em consideração também as demandas de uma parte da corporação militar visivelmente insatisfeita com os rumos da abertura.

De acordo com Samantha Quadrat³, o que se verificou em 21 anos de ditadura civil-militar foi uma atuação diferenciada da comunidade de informações e segurança de acordo com o clima político do país. Dessa maneira, segundo a autora, o primeiro período seria entre 1964-1968, anos iniciais do regime, quando o Estado autoritário promoveu uma *operação limpeza* entre a oposição, além da decretação dos famosos Atos Institucionais; o segundo período, entre 1968 e 1974, seria marcado pela decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e o fechamento completo do regime. Estavam suspensas, portanto, todas as garantias constitucionais, só que dessa vez por tempo indeterminado; o terceiro período, entre 1974 e 1984, seria marcado, então, pelo anúncio da abertura política e pelas disputas internas entre setores do regime visivelmente insatisfeitos com os rumos da transição. Permanecia intacta, assim, a comunidade de informações e segurança, ao mesmo tempo em que há uma *tolerância* maior com a oposição política.

Acreditamos, portanto, que é possível pensar certa especificidade na vigilância e controle naquele momento, tendo em vista também como se articulam forma e conteúdo da documentação analisada. Desse modo, a observação do modo como foi pensada a composição dos documentos que interessam para esta pesquisa está relacionada às mudanças e permanências na apresentação dos mesmos, além de trazer à tona o sentido da organização da informação, na medida em que os dados contidos na estrutura

³ QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. Tese de Doutorado. Departamento de História. Rio de Janeiro: UFF, 2005, p. 39.

documental (cabeçalho, presença ou não de carimbos, anotações, assinaturas, origem e difusão, etc) nos remetem aos órgãos existentes e seus padrões de comunicação. A hipótese levantada é a de que, com a criação do SNI, a documentação tornou-se mais complexa em função da existência de novos órgãos produzindo informações de maneira sistemática, mas também pela própria intensificação da circulação interna.

Para tanto, é necessário problematizar as características da vigilância e controle social e os nexos estabelecidos a partir do trabalho documental. De modo similar, é fundamental questionar a própria veracidade das informações coletadas, levando em consideração as intencionalidades presentes e o fato de que, em muitos casos, foram produzidas por funcionários estatais que transmitem a informação de acordo com seus interesses e simpatias, das pessoas a quem são subordinadas ou das instituições em que desempenham suas funções.⁴

Para o tema desta pesquisa, a documentação produzida pelo DEOPS/SP e liberada ao acesso público em 1994⁵, tem como maior riqueza o fato de apresentar a dinâmica da polícia política, além da circularidade das informações, através dos relatórios dos agentes infiltrados. De acordo com a amplitude temporal do seu acervo, 1924-1983, é possível investigar o trabalho de vigilância e repressão desse órgão sobre diferentes setores da sociedade civil, além de adentrar no campo das memórias desses mesmos agentes. No entanto, independente do recorte estabelecido, é necessário problematizar o significado desse “olhar vigilante”, tendo em vista a própria produção, organização, sentidos e intencionalidades da informação coletada.

Já a documentação produzida pelo SNI, liberada ao acesso público apenas em 2005, possui a peculiaridade de retratar especificamente os conflitos e interesses a partir do golpe de 1964, tendo em vista que esse órgão foi criado pelo regime com o perfil, prática e interesses específicos. O intuito é recuperar, assim como no DEOPS/SP, sua lógica e procedimentos de arquivamento no momento da abertura política, levando-se em consideração a natureza distinta de ambos os órgãos.

⁴ PADRÓS, Enrique Serra. “História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos”. In: **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1. Florianópolis, SC: Jan/Jun, 2009, p. 42.

⁵ A partir da década de 1990, tendo em vista o processo de redemocratização e a atuação na cena pública de diversos movimentos de direitos humanos, ocorreu em diversos estados brasileiros um processo de abertura à consulta pública dos acervos dos órgãos estaduais da polícia política. Num primeiro momento, a importância desse arquivo estava diretamente vinculada a uma pressão, por parte dos movimentos de direitos humanos, pela responsabilização do Estado pelos crimes ocorridos durante o regime civil-militar iniciado em 1964. Nesse sentido, a transferência do *corpus* documental, em 1993, do DEOPS/SP para o Arquivo Público do Estado de São Paulo representou um passo fundamental para o esclarecimento e o resgate de parte da história.

A despeito das devidas particularidades e dissensos no controle da informação por esses órgãos, para a lógica do Estado autoritário, os movimentos pela anistia eram vistos como lugares de discussão e articulação política, mas, sobretudo, de infiltração e disseminação de ideias consideradas “subversivas”. Essa concepção ocasionou a produção de extensos dossiês, no DEOPS/SP e no SNI, com informações que dão conta das relações existentes entre os grupos e pessoas reunidas em torno da bandeira da anistia. Logo, ao mesmo tempo em que as forças opositoras lutavam por espaço, a comunidade de informações e segurança do regime reforçava, por meio da vigilância diária e constante, a ideia de que as ações empreendidas levavam em consideração a defesa do Estado e da família brasileira *ameaçada* pelo comunismo. Com efeito, não há surpresa nessa constatação e na manutenção de uma lógica autoritária que justificava a vigilância cotidiana aos opositores da ditadura. Os informes e informações produzidos a partir das atividades de inteligência expressam uma teia de noções prévias que ajudam a compreender e problematizar o lugar que o movimento social vigiado deveria ocupar na ótica do poder público.⁶

A partir daí, observamos que a maior parte dos documentos constantes tanto na série Dossiês do fundo DEOPS/SP, quanto no SNI, tendo em vista o recorte cronológico desta pesquisa, são produtos das espionagens realizadas pelos informantes, com o intuito de desvendar as ideias e ações dos setores de contestação ao regime, dentre estes, os movimentos pela anistia. A observação destes documentos indicou a vasta disseminação de agentes por todos os eventos estudantis, sindicais, de luta pela anistia, jornalístico, etc. Nesse sentido, uma das estratégias dos militares para viabilizar a produção de informações sobre os possíveis inimigos era a infiltração realizada nos movimentos sociais. Evidencia-se, assim, a *lógica da suspeição*, mas principalmente os cuidados a serem seguidos para a preservação da informação e a sua devida circulação.

A despeito da centralidade da luta pela anistia e do olhar vigilante da comunidade de informações e segurança do regime, algumas considerações merecem destaque até para compreendermos melhor as lacunas que a todo o momento surgiram na documentação. Inicialmente, destacamos a ideia de que a concepção de uma transição totalmente controlada pelos militares acaba por relegar a segundo plano os espaços de negociação que precisaram ser estabelecidos entre um governo que acenava

⁶FONTES, PAULO & NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia.” In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 179.

com a abertura política, ao mesmo tempo em que mantinha funcionando o aparato repressivo; entre a comunidade de informações e segurança visivelmente incomodada com as mudanças políticas em curso; e, por fim, os espaços ocupados por uma oposição cada vez mais articulada em suas demandas e na pressão ao governo.

Desse modo, se em 1975, as mulheres que se organizaram em torno do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) reivindicavam de maneira tímida a necessidade de anistia como o único modo de conciliar a família brasileira, a formação dos CBAs, já em 1978, vai ser pautada pelo combate aberto e direto à ditadura. É necessário ressaltar que esses movimentos apesar de concordarem quanto à importância da aprovação da anistia, guardavam discordâncias que, em muitos momentos, vieram a público. Outro desafio foi compreender os significados da luta pela anistia a partir da aprovação da lei, em agosto de 1979. Isso porque, com o retorno à democracia e as reconstruções de memória, assumiu-se que a Lei 6.683/79 teria representado uma derrota para os movimentos. No entanto, cabe lembrar que, a despeito da antinomia *anistia ampla, geral e irrestrita x anistia parcial*, as conquistas que vieram com a lei, como o retorno dos exilados, configurou naquele momento uma vitória, mesmo que parcialmente.

A partir da compreensão da maneira como se articulavam todas essas questões, a documentação pesquisada tornou-se menos árida. A opção por analisar o controle estatal a partir de conjuntos cronológicos está relacionada à percepção de uma vigilância que, se foi constante, também variou em intensidade e observação quanto aos tipos de movimentos que eram agregados à bandeira da anistia. Assim, é fundamental compreender a procedência de cada documento e as condições de sua produção, já que se tratavam de papéis produzidos a partir de uma lógica autoritária com uma *verdade* construída com o objetivo de descaracterizar e, sobretudo, caluniar o outro.

Referências Bibliográficas

FONTES, PAULO & NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia.” In: AQUINO, Maria Aparecida de [et.al.]. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. “História do Tempo Presente, ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos”. In: **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1. Florianópolis, SC: Jan/Jun, 2009.

QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul.** Tese de Doutorado. Departamento de História. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)”. In: PALOMANES MARTINHO, Francisco Carlos (org.). **Democracia e Ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina,** volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.